

ILHABELA diagnóstico

LITORAL
SUSTENTÁVEL
DESENVOLVIMENTO
COM INCLUSÃO SOCIAL



FORTE LANDSAT E GOOGLE EARTH
CRÉDITO MARCEL FANTY/LITORAL SUSTENTÁVEL

Este Boletim integra o projeto Litoral Sustentável - julho/agosto de 2012



DIAGNÓSTICO URBANO SOCIOAMBIENTAL
E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS DA
BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim nº 1 ILHABELA

- Diagnóstico de Ilhabela
- Leitura Comunitária
- População e Ocupação do Território
- Economia
- Infraestrutura e Serviços
- Legislação e Gestão

2
3
4
6
7
8

REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



DIAGNÓSTICO DE ILHABELA

CHRISTIAN ROCHA



Nas páginas deste boletim você vai encontrar uma síntese do Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo de Ilhabela, iniciativa integrada ao projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, que vem sendo realizado pelo Instituto Pólis, com apoio da Petrobras.

LEITURA COMUNITÁRIA E TÉCNICA

Este diagnóstico combina uma leitura comunitária e uma leitura técnica da realidade do município. Na leitura comunitária procuramos perceber a avaliação dos moradores sobre os processos de transformação em curso no litoral, suas perspectivas quanto ao desenvolvimento do município e expectativas quanto ao futuro. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa para o levantamento da opinião de moradores, fizemos o mapeamento das organizações sociais existentes, entrevistamos lideranças de diferentes setores e promovemos uma oficina de debates.

A leitura técnica envolveu o estudo da economia do município, suas fragilidades e potencialidades, a análise urbanística e jurídica do processo de ocupação do território e de suas contradições, com destaque para temas como as condições de moradia, o acesso a infraestrutura urbana, as condições de mobilidade local e regional; as questões relativas às áreas ambientais protegidas e às possibilidades de crescimento e adensamento urbano, e o impacto dos grandes projetos em curso no litoral

Os próximos passos

Esses são os resultados que apresentamos à comunidade. Depois desse debate e de eventuais complementos e correções, o diagnóstico será publicado no site Litoral Sustentável. A partir daí aprofundaremos a discussão de pontos específicos, visando à construção de um programa de desenvolvimento sustentável para o município e para a região.

SOLUÇÕES LOCAIS E REGIONAIS

Os diagnósticos sobre a realidade de cada município demonstram que muitas questões enfrentadas localmente têm sua origem – e podem ter suas soluções – em âmbito regional, como as deficiências na mobilidade, de segurança pública, na oferta de formação especializada para os trabalhadores, entre outras.

A análise e o debate desses problemas em cada município servirão de subsídios a próxima etapa do projeto, que é a de construção coletiva de um programa de desenvolvimento sustentável com propostas para o município e para a região.

Neste processo, entendemos que a participação da sociedade e a articulação das políticas públicas municipais, estaduais e federais, além dos investimentos já previstos, serão fundamentais para alcançar soluções abrangentes para região e promover o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Agenda do processo participativo

- Seminário Estadual para apresentação do Diagnóstico Regional – 2º semestre 2012
- Seminários temáticos com poder público, sociedade civil e especialistas, dezembro de 2012
- Consultas Públicas por município com poder público, sociedade civil, 2013
- Audiências Públicas municipais para debater versão preliminar do Programa de Desenvolvimento Sustentável Local com o poder público, a sociedade civil, 2013
- Conferência Regional para apresentar e debater versão preliminar do programa e pactuar as propostas da versão final, com a participação dos diferentes níveis de governo e organizações da sociedade atuantes, 2013

Saiba mais sobre o projeto *Litoral Sustentável*, sua metodologia e equipe técnica no site www.litoralsustentavel.org.br

IMPACTOS DA AMPLIAÇÃO DO PORTO PREOCUPAM MORADORES

Moradores apontam que Ilhabela tem de reforçar sua capacidade de planejamento e unir conservação ambiental, ecoturismo e controle sobre os impactos dos grandes projetos em curso na região



Oficina de debates realizada em Ilhabela dia 28 de março de 2012

As políticas públicas direcionadas para melhoria da infraestrutura e da qualificação do município de Ilhabela para o turismo deveriam ter um planejamento melhor, de acordo com visão preponderante das comunidades e entidades da sociedade civil ouvidas para a produção deste diagnóstico.

Os moradores apontam a importância de se “carimbar socialmente” os recursos provenientes dos royalties da exploração do petróleo na região, para que sejam destinados à infraestrutura básica e possam ser monitorados pela sociedade.

Indicam também que as políticas públicas são deficientes em relação à ocupação do solo, ao transporte e ao saneamento, destacando a necessidade de uma solução regional para os resíduos sólidos.

Por se tratar de uma ilha, os moradores consideram que as comunidades são mais sensíveis à questão ambiental e que a degradação resulta em riscos à qualidade de vida e, sobretudo, ao turismo, principal fonte de renda do município.

Vocação para o ecoturismo

Com natureza exuberante, incluindo seu Parque Estadual, cachoeiras, mar e belas praias, e um rico patrimônio cultural das comunidades caiçaras, a vocação da ilha estaria centrada no turismo, com incremento ao ecoturismo. Ilhabela não poderia “crescer muito e tornar-se uma grande cidade”.

Necessário também seria propiciar políticas de incentivo à comercialização do pescado, elemento importante da cultura local, ao turismo ecológico e cultural.

Controle de impacto dos grandes projetos

A ampliação do Porto de São Sebastião é a preocupação central da sociedade organizada de Ilhabela, pois resultaria em grande impacto sobre o meio ambiente, a pesca, o turismo e a qualidade de vida da população da ilha, além de atrair novos moradores para uma região que não tem espaço para crescer.

A leitura comunitária detectou duas posições sobre o porto entre as organizações da sociedade civil: a que defende sua desativação gradativa e a recuperação do canal que separa a Ilhabela de São Sebastião e a que poderia ser resumida em “porto sim, mas sem contêiner”.

A pesquisa qualitativa para levantar a opinião de moradores detectou posições um pouco diferenciadas. Com grande número de migrantes, vivendo em condições melhores às que teriam em sua terra natal, vários moradores têm forte vínculo afetivo com a ilha.

Valorizam a atividade turística e, embora se considerem “distantes” dos projetos associados à exploração de petróleo e gás e de expansão do porto, sabem que esses investimentos geram emprego e esperam que moradores da ilha possam ser contratados para obras que virão.

SEM ESPAÇO PARA CRESCER

Com crescimento populacional acelerado e forte presença de áreas de conservação, o município conta com pouco espaço para expansão urbana

A expansão urbana de Ilhabela se deu de forma fragmentada, com o espraiamento da ocupação do município ao longo da orla voltada para o continente. Essa área urbanizada ocupa hoje pouco mais de 7% do seu território de 34 mil hectares. A população mais do que dobrou, entre 1991 e 2010, passando de 13.538 mil para 28.196 habitantes, 52% destes com menos de 30 anos. Mesmo assim, ainda é a menor entre os municípios do litoral paulista. O crescimento populacional se mantém acelerado, com taxa anual de 3,12%, registrada entre 2000 e 2010.

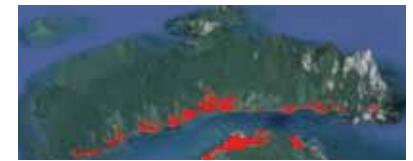
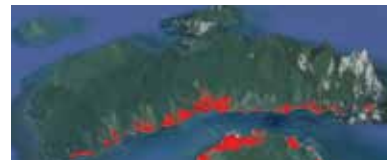
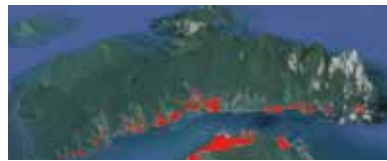
Evolução da mancha urbana

1979/1980

1991/1992

2000

2011



Fixação crescente de moradores

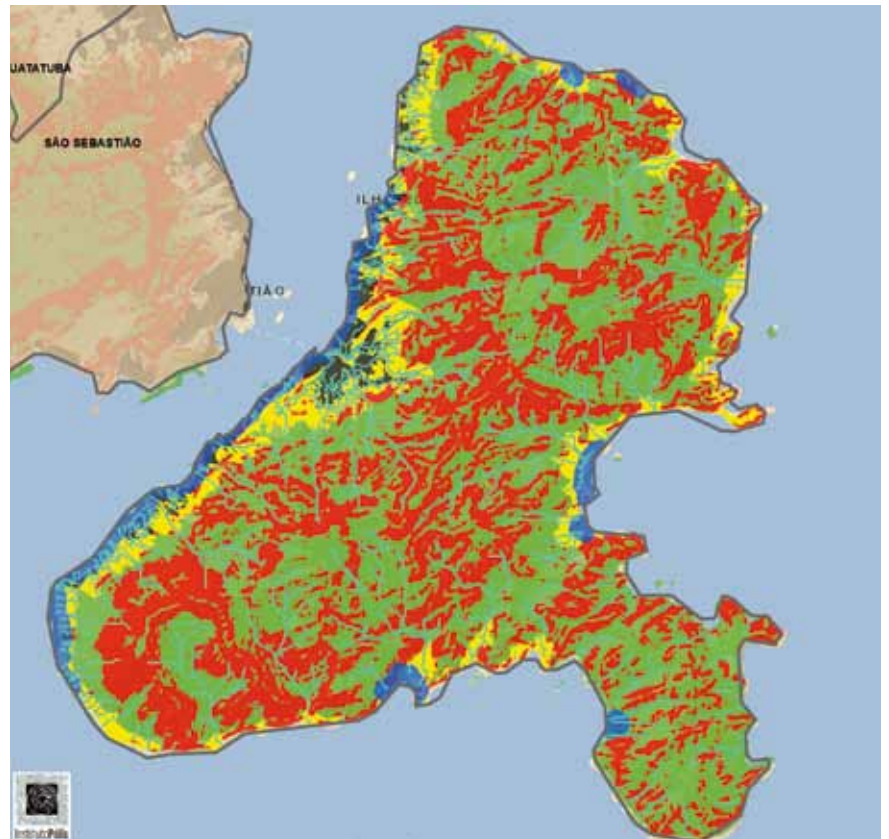
Dos 14.640 domicílios de Ilhabela, 28,21% são de uso ocasional, ou de segunda residência, ocupados principalmente no verão pela população flutuante, estimada em de 18.725 pessoas (2010). Entretanto, os censos do IBGE de 2000 e 2010 indicam um percentual de crescimento maior dos domicílios permanentes em comparação com os ocasionais, o que indica uma fixação crescente dos moradores.

Domicílios	14.640
Ocupados	71,79%
Uso ocasional	28,21%
População flutuante	18.725

Restrições para expansão

Com 82% de seu território dentro de áreas de conservação, os espaços potenciais para a expansão urbana futura são muito restritos. Para defini-los, além das áreas protegidas dos parques, é preciso considerar as áreas de preamar, as de alta declividade e os terrenos sujeitos a desabamentos, entre outros.

ÁREAS POTENCIAIS PARA EXPANSÃO URBANA



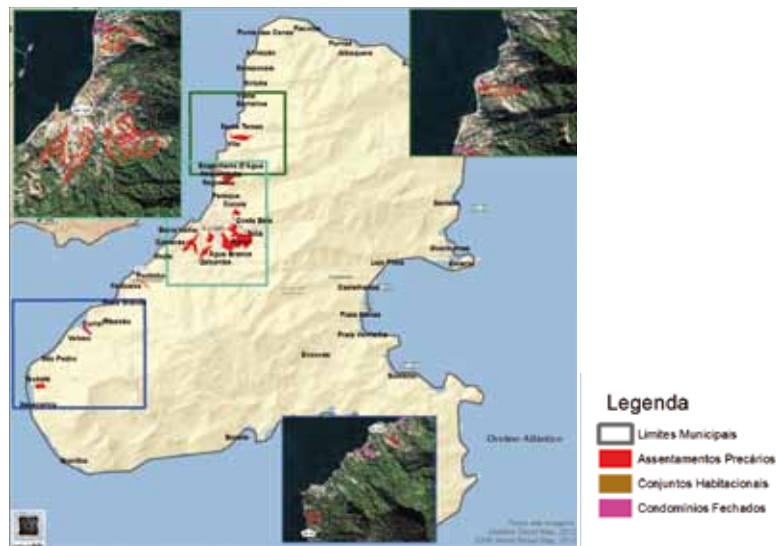
Legenda

- Limites Municipais
- Áreas potenciais de ocupação
- App's hídricas
- Faixa de Preamar (300m)
- Declividade (>45°)
- Espaços territoriais protegidos
- Mancha urbana existente

Habitação e regularização fundiária

A habitação é um dos desafios prioritários ao desenvolvimento sustentável do município. O IBGE estima um déficit habitacional em Ilhabela de 623 domicílios. Por seu ritmo de crescimento, a ilha precisará de mais 4.247 novos domicílios nos próximos 12 anos (Fundação SEADE). A Prefeitura identificou 15 assentamentos precários, demarcados como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), a maioria situada na parte central da ilha onde a ocupação urbana é mais antiga e consolidada. Desses, seis estão em processo de regularização. Há também comunidades tradicionais caiçaras que apresentam precariedades habitacionais.

DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA, 2012

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Com 34 mil hectares, Ilhabela tem 87.7% de seu território com cobertura vegetal de Mata Atlântica, e 82% distribuídos por três unidades de conservação: o Parque Estadual de Ilhabela (PEIB), a APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e o Parque Municipal das Cachoeiras (PMC). Mais antigo, o PEIB é o maior parque insular do Estado de São Paulo, com 27 mil hectares. Apesar dos investimentos realizados nos últimos anos, o parque precisa de melhorias na infraestrutura física e de recursos humanos para o atendimento de pesquisa científica, educação ambiental, turismo ecológico, fiscalização e vigilância. A questão da regularização fundiária é crítica em todo o PEIB, uma vez que 100% de suas terras não estão regularizadas.

A APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN), criada em 2008, possui 316 mil hectares e abrange três outros municípios (São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba). O setor Maenbipe, que engloba Ilhabela, tem 91 mil hectares e sua equipe é insuficiente para gerir sua grande complexidade socioambiental. Já o Parque Municipal das Cachoeiras (PMC), criado em 2004, tem 8 mil hectares e se localiza na região da Água Branca. Aberto à visitação pública, é usado para educação ambiental pelas escolas de Ilhabela e atividades de lazer e turismo de aventura. Tem trilhas de fácil acesso para duas quedas d'água de quase 30 metros de altura.

Entre as ameaças à preservação desses espaços protegidos, destacam-se as carências de infraestruturas e de capacitação de recursos humanos; a especulação imobiliária, que gera pressão sobre áreas de preservação; a falta de regularização fundiária; a contenção de vetores de sectionamento, além de obras e desmatamento irregulares e das ações de caçadores e de palmiteiros.

Biodiversidade preciosa

Ambientes insulares são vitais para a conservação da biodiversidade. Ilhabela é local de descanso e alimentação para aves migratórias; suas águas são rota migratória de cinco espécies de tartarugas marinhas, do boto, da toninha e de todas as espécies de baleias provenientes de regiões subantárticas. Nos limites das zonas entre marés, há aproximadamente 287 espécies de macroalgas e macrofanuna, além de bancos de mexilhões etc. Tal riqueza ambiental torna o território de Ilhabela um dos pontos mais importantes para serem conservados na região.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FONTE: IBAMA, 2011; SECRET. DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, 2011

DESENVOLVER O TURISMO E MITIGAR OS IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS

Grandes projetos portuários e viários na região terão impacto na ilha. O desafio do município é fortalecer a infraestrutura e o turismo

Com o turismo como sua principal fonte de renda e emprego e uma relevante atividade pesqueira, Ilhabela tem pela frente o desafio de administrar os recursos provenientes da exploração de gás e petróleo na região para mitigar os impactos dos grandes projetos em curso, como a ampliação do Porto em São Sebastião, a duplicação da Rodovia dos Tamoios e a construção da rodovia do contorno de Caraguatatuba. Entre os grandes projetos relacionados à cadeia de petróleo na região, destacam-se a construção de plataformas marítimas, ampliação do terminal marítimo da Petrobras.

Esses projetos também demandarão mais serviços públicos. Os royalties do pré-sal podem se converter em oportunidades para o município fortalecer sua infraestrutura básica, a geração de emprego e qualificação profissional e a sua vocação para o turismo.

PERSPECTIVA DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO



FONTE: RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA, PLANO INTEGRADO PORTO CIDADE DE 2011

Produção triplica

Em dez anos (1999-2009), o conjunto de riquezas produzido em Ilhabela, chamado valor adicionado (VA), cresceu 268% (IBGE), chegando a R\$ 282 milhões. Dividindo-se esse valor pelo conjunto da população (VA per capita), daria quase R\$ 10 mil por pessoa, o que é bem inferior à média regional, de R\$ 15,6 mil. O setor de serviços, que engloba o comércio e as atividades de turismo, responde por 86% da geração de riqueza, a administração pública por 22% do VA, a indústria por 11,8% e a agropecuária por 2,1%.

Queda na desocupação

Com melhora significativa na última década, a taxa de desocupação (percentual de pessoas que não encontram emprego) do município caiu de 14,6% (em 2000) para 7,1% (2009) de sua população economicamente ativa (PEA), composta por 16,5 mil pessoas ocupadas ou que procuram emprego. A PEA responde por 70% da população em idade ativa (PIA), pessoas em idade de trabalhar (de 15 a 65 anos), formada por 23,6 mil pessoas (84% do total de habitantes). A taxa de informalidade (ocupados em atividades produtivas não regidas pela CLT) é alta, de 44%.

Total	28.196
PIA	23.659
PEA	16.533
Tx. desocupação	7,1%
Tx. informalidade	44 %

As atividades de serviço são as que geram mais emprego, respondendo por 55% das vagas existentes. Depois vem o comércio, com 24% e a administração pública, com 15%.

DEMANDA CRESCENTE POR SERVIÇOS PÚBLICOS

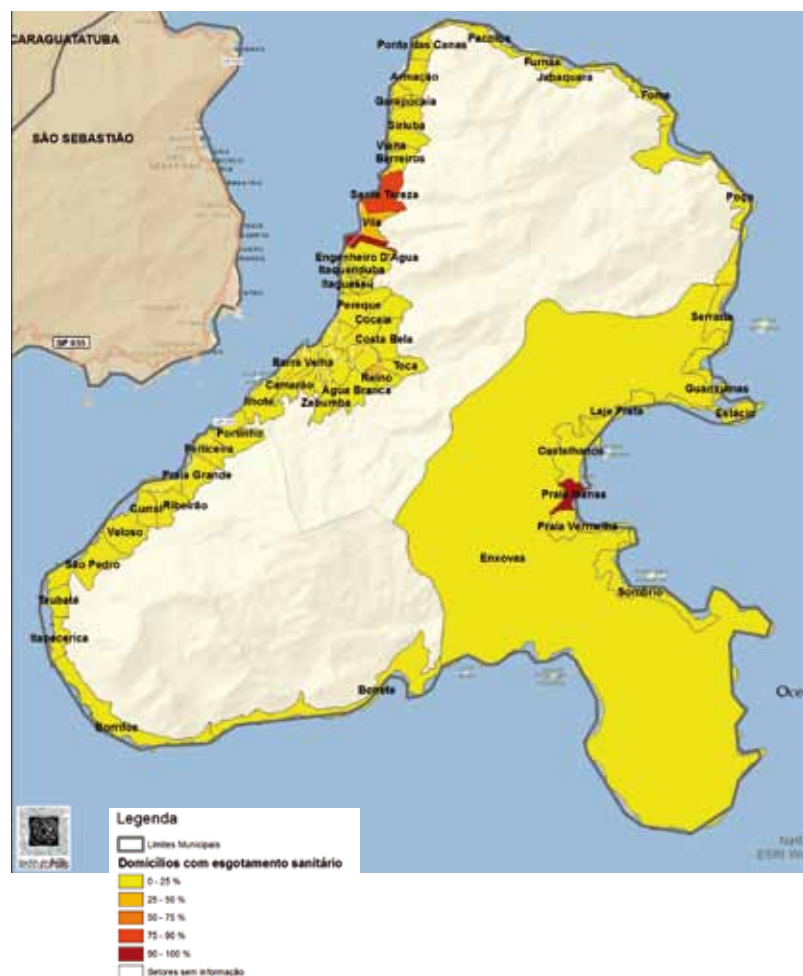
Município apresenta grandes gargalos no sistema viário, na oferta de esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos, entre outros. A cultura é um ponto forte na ilha

Ilhabela vem passando por um crescimento acelerado da população residente e flutuante bem como dos domicílios permanentes. Isso aumenta a demanda por infraestrutura básica cuja oferta já é deficiente e desigual, como em outros municípios da região.

Saneamento precário

Dos cerca de 9 mil domicílios ocupados com residentes fixos em Ilhabela, 7.290 (81%) estão ligados à rede de abastecimento de água. Contudo, a oferta de esgotamento sanitário é reduzidíssima, evoluindo de 5%, em 2008, para 6% em 2009, 37% em 2010 e com estimativa de expansão de 66% em 2011 (SABESP). Apenas 4% do esgoto doméstico é tratado, o que acaba refletindo na balneabilidade das praias.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO



Gargalo em resíduos

Na baixa temporada, o município gera 23 toneladas por dia (t/dia) de resíduos sólidos, enquanto no verão o volume chega a 80 t/dia. Essa situação produz grande gargalo no atendimento e altos custos. A disposição final é feita no aterro de Tremembé, a 160 km de distância. Em 2010, a gestão ambiental, somada à limpeza urbana, consumiu R\$ 9 milhões/ano, cerca de 7% do orçamento.

Sobrecarga nos sistemas viários

O serviço de balsa que liga Ilhabela ao continente é o primeiro gargalo na mobilidade. Da balsa, veículos motorizados, bicicletas e pedestres se irradiam por meio de uma única via, a SP-131. Segundo a Prefeitura, a falta de opções mantém Ilhabela sob risco de colapso. O investimento em transporte coletivo, incluindo o modal hidroviário, o incentivo ao uso de veículos menores são medidas essenciais para refrear a perda de mobilidade em Ilhabela.

Saúde com boa nota no SUS

A rede de saúde de Ilhabela dispõe de 12 unidades, incluindo centros, postos de saúde, pronto-socorro e hospital. O município implantou com sucesso a Estratégia de Saúde da Família e cadastrou praticamente toda população. A baixa oferta de leitos, 1,5 por mil habitantes, explica porque 27% das internações de moradores ocorreram fora do município. Menos de 8% contam com plano privado de assistência médica, gerando maior dependência do SUS, que obteve no município sua melhor nota (6,37), de todo o Litoral Norte no Índice de Desempenho do SUS (2012).

Gestão cultural dinâmica

Ilhabela é palco de ativa dinâmica cultural, tanto com manifestações de comunidades tradicionais, de caiçaras e afrodescendentes, quanto de expressões contemporâneas, contando também com um rico acervo histórico e arqueológico. Tem artesanato próprio e festas tradicionais, com destaque para a Congada de São Benedito, unindo o turismo ecológico ao cultural. A gestão pública está preparada para as questões culturais, com conselho forte e ativo, conferências, fóruns e adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Os pontos de cultura auxiliam na preservação da cultura e no fortalecimento da arte contemporânea.

REGULAMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Plano Diretor estabelece tratamento diferenciado para ocupação e preservação das paisagens naturais e patrimônio histórico-arquitetônico, mas não regulamenta adequadamente essas áreas

O Plano Diretor de Ilhabela estabelece uma série de princípios e definições jurídicas para fins do ordenamento territorial e da conservação ambiental, como o conceito de comunidades tradicionais, de orla marítima, de zona de amortecimento; de zona a urbanizar prioritariamente, entre outros. Além do Zoneamento, o Plano Diretor regulamenta outras unidades territoriais, mas que não estão espacializadas em mapas.

Entretanto, a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade pela lei municipal não previu as áreas para sua aplicação nem tampouco definiu claramente os imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados. A definição do conceito de orla marítima é um avanço, assim como a proposta de zoneamento marinho. Além disso, foi criado um Corredor de Desenvolvimento Turístico, com diretrizes próprias, que “compreende todas as áreas da Orla Marítima ao longo da rodovia SP-131 e de todas as ZEE’s com malha viária estruturada.”

Regulação da expansão urbana

A Lei Orgânica do Município regulamenta aspectos pontuais, como a criação, organização e supressão de distritos e subdistritos mediante consulta prévia plebiscitária. Determina ainda que qualquer tipo de construção de casas ou prédios obedecerá ao limite máximo de dois andares.

No entanto, a área apontada como de expansão urbana pela Lei Municipal nº 185/03 não se coaduna com o estabelecido pelo Plano Diretor e pelo Zoneamento Econômico Ecológico do Litoral Norte, que prevêem parâmetros bem restritivos. Mais do que isso, as áreas direcionadas à preservação ambiental pelo Plano Diretor e pelo ZEE-LN são consideradas de expansão urbana pela lei municipal.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo determina que devam ser recusados todos os “projetos industriais e equiparados”, assim como as “atividades portuárias”, apresentados para análise e apreciação do Executivo. O Plano Diretor regulou, a partir de 2006, o Estudo de Viabilidade Urbanística (EIV) para avaliar os impactos positivos e negativos desses empreendimentos, mas sem dispor sobre exigências e contrapartidas.

CONTAS PÚBLICAS

Ilhabela arrecadou em 2010 R\$ 98 milhões, resultando em orçamento per capita de R\$ 3,47 mil. A Receita Corrente representou 97,0% do total da arrecadação (R\$ 95 milhões), enquanto a Receita de Capital atingiu 4,6% (R\$ 4,5 milhões). As Transferências Correntes (recursos do Estado e da União, incluindo os royalties) representaram a maior fonte de arrecadação com 61,6% do total da receita, seguidas pela Receita Tributária, com 23,6%, com destaque para o IPTU.

Destaque para gastos com Educação

As Despesas Correntes atingiram 89,3% do total de empenho do exercício, com R\$ 83,8 milhões, ao passo que as despesas de capital alcançaram R\$ 10 milhões do total, 10,7%. Os gastos foram liderados pelas áreas de Educação, com 26,8% (R\$ 25,1 milhões); Saúde, com 22% (R\$ 20,6 milhões); da Administração, com 12,7% (R\$ 11,9 milhões); e Urbanismo, com 11% (R\$ 10,3 milhões). As quatro áreas representaram 72,5% do total empenhado. Dos gastos com Educação, 79,68% foram aplicados no Ensino Fundamental, e 18,71% em Educação Infantil.